

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, DAP, DRIPP.

Temas:

Atividade do PE e da Comissão Europeia - semana de 22 a 26 de julho de 2019

Pontos mais importantes a destacar:

Reuniões das Comissões parlamentares do PE

PE - Grupo de Contacto para o Brexit

Comissão Europeia: relações com EUA e próximo Colégio de Comissários

Relatório anual da Comissão Europeia sobre as relações com os Parlamentos nacionais

1.º – COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE

A presente semana foi exclusivamente dedicada às reuniões das [Comissões parlamentares do Parlamento Europeu \(PE\)](#). Além de grande parte das Comissões terem dedicado as suas primeiras reuniões à apresentação das prioridades setoriais da Presidência finlandesa do Conselho da União Europeia, destacamos ainda os seguintes debates:

▪ **Acordo comercial entre a UE e o Mercosul**

As Comissões de [Comércio Internacional](#) e de [Agricultura e Desenvolvimento Regional](#) debateram com os Comissários Cecilia Malmstrom e Phil Hogan, respetivamente, as implicações do acordo comercial alcançado entre a UE e os países do **Mercosul** (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Recorde-se que a UE e o Mercosul chegaram, no dia 28 de junho de 2019, a **um acordo de princípio sobre um pacto comercial**, naquele que será, após 20 anos de negociações, o maior acordo comercial jamais celebrado pela UE, abrangendo uma **população de 780 milhões de pessoas**. Este acordo terá, no futuro, de ser submetido à aprovação do Parlamento Europeu para poder entrar em vigor. Os registos vídeo estão disponíveis aqui [aqui](#) e [aqui](#).

▪ **União da Segurança**

A Comissão [LIBE](#) (Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos) promoveu um debate com o Comissário Julian King sobre a União da Segurança, que apresentou o [19.º Relatório de progresso](#)

sobre esta área, bem como uma discussão política sobre os [principais dossiês legislativos](#) neste domínio, incluindo a cooperação com os EUA em matéria de terrorismo e o [instrumento proposto pela Comissão Europeia sobre Estado de Direito](#). Para memória futura de todos os trabalhos na área de liberdade, segurança e justiça, podem ser consultados os diversos domínios na [página dedicada](#) do PE.

- [Eleição](#) da Presidente da Comissão EMPL

Após duas tentativas falhadas de eleição da ex-Primeira Ministra polaca, Beata Szydlo, a Comissão EMPL elegeu finalmente a sua Presidente, ficando assim completo o [elenco das Presidências das diversas Comissões parlamentares do PE](#):

COMISSÃO	PRESIDENTE	GRUPO POLÍTICO	ESTADO-MEMBRO
AGRI	Norbert LINS	PPE	Alemanha
AFET	David McALLISTER	PPE	Alemanha
SC SEDE	Nathalie LOISEAU	Renovar a Europa	França
SC DROI	Maria ARENA	S&D	Bélgica
BUDG	Johan VAN OVERTVELDT	ECR	Bélgica
CONT	Monika HOHLMEIER	PPE	Alemanha
CULT	Sabine VERHEYEN	PPE	Alemanha
DEVE	Tomas TOBÉ	PPE	Suécia
ECON	Roberto GUALTIERI	S&D	Itália
INTA	Bernd LANGE	S&D	Alemanha
IURI	Lucy NETHSINGHA	Renovar a Europa	Reino Unido
EMPL	Lucia ĎURIŠ NICHOLSONOVÁ	ECR	Eslováquia
ENVI	Pascal CANFIN	Renovar a Europa	França
IMCO	Petra DE SUTTER	Verdes/ALE	Bélgica
ITRE	Adina-Ioana VĂLEAN	PPE	Roménia

<u>LIBE</u>	J.F. LÓPEZ AGUILAR	S&D	Espanha
<u>TRAN</u>	Karima DELLI	Verdes/ALE	França
<u>REGI</u>	Younous OMARJEE	GUE/NGL	França
<u>AFCO</u>	Antonio Tajani	PPE	Itália
<u>FEMM</u>	Evelyn REGNER	S&D	Áustria
<u>PECH</u>	Chris DAVIES	Renovar a Europa	Reino Unido
<u>PETI</u>	Dolors MONTSERRAT	PPE	Espanha
<u>TOTAIS (21)</u>	8 PPE, 5 S&D, 4 RE, 2 Verdes/ALE, 2 ECR e 1 GUE/NGL 5 Alemanha, 4 França, 3 Bélgica, 2 Itália, 2 Espanha, 1 Eslováquia, Roménia, Suécia e Áustria		

2.º – BREXIT - GRUPO DE CONTACTO DO PE

O PE constituiu esta semana o seu Grupo de Contacto para o Brexit (*steering group*) para a presente Legislatura, composto pelos seguintes Deputados:

- [Guy Verhofstadt](#)
- [Danuta Hübner](#)
- [Roberto Gualtieri](#)
- [Philippe Lamberts](#)
- [Martin Schirdewan](#)
- [Antonio Tajani](#)

No dia 24 de julho, reuniu com o negociador-chefe da UE para o Brexit, tendo declarado que “o PE continuará a ser um parceiro aberto e fiável do novo governo britânico (...)” *reiterando que “na eventualidade de o Reino Unido não revogar o Artigo 50.º e ficar a UE, uma saída ordeira permanece o interesse supremo de ambas as partes”*. Finalmente, reafirmou que “o acordo de saída (...) não poderá ser reaberto”, manifestando abertura, porém, para “mudanças na Declaração Política”, especialmente se estas servirem para conferir “maior detalhe e uma parceira mais ambiciosa entre a UE e o Reino Unido, tornando desnecessário o backstop na fronteira com a Irlanda”.

O Grupo notou ainda que as declarações feitas “durante a campanha para a liderança do Partido

Conservador aumentaram significativamente as possibilidades de uma saída sem acordo” o que seria “economicamente muito penalizador”, ainda que esse impacto não seria “igual em ambos os lados”, recordando que “não existe período de transição sem um acordo de saída”.

3.º – COMISSÃO EUROPEIA

- **Relação com os EUA - relatório de progresso**

Um ano após a [declaração conjunta entre a UE e os EUA](#), a Comissão Europeia apresentou esta semana o [relatório de progresso sobre a respetiva implementação](#), tendo o Presidente da Comissão declarado que “A UE está a corresponder aquilo que foi acordado com o Presidente Trump no ano passado”. Alguns dos pontos abordados nas 44 páginas deste relatório relacionam-se com as importações de gás liquefeito pela UE (aumento de 367%), o aumento de importações de soja pela UE (aumento de 100%), bem como os mandatos negociais sobre a avaliação de conformidade e certificação, as discussões sobre eliminação de tarifas em bens industriais, a cooperação sobre *standards* em alguns setores, a identificação de distorções em alguns mercados e as negociações sobre as tarifas no setor do alumínio e do aço.

- **Composição do próximo Colégio da Comissão 2019-2024**

De acordo com a informação que pudemos apurar, [já são conhecidos os candidatos a Comissários indigitados por 16 Estados-Membros](#), cuja lista se atualiza de seguida. O prazo indicativo para que os Estados-Membros apresentem os seus candidatos é o dia 28 de agosto. Seguem-se as audições no Parlamento Europeu, cujo *think tank* apresentou esta semana um [briefing analítico](#) desta etapa do processo de investidura.

ESTADO-MEMBRO	NOME DO INDIGITADO	GRUPO POLÍTICO	GÉNERO
LETÓNIA	<i>Valdis DOMBROVSKIS</i>	PPE	M
BULGÁRIA	<i>Mariya GABRIEL</i>	PPE	F
ÁUSTRIA	<i>Johannes HAHN</i>	PPE	M
IRLANDA	<i>Phil HOGAN</i>	PPE	M
ESLOVÁQUIA	<i>Maros SEFCOVIC</i>	PSE	M
PAÍSES BAIXOS	<i>Frans TIMMERMANS</i>	PES	M
DINAMARCA	<i>Margrethe VESTAGER</i>	Liberais	F
GRÉCIA	<i>Margaritis SCHINAS</i>	PPE	M
ESPANHA	Josep BORREL	PSE	M
ALEMANHA	Ursula VON DER LEYEN (Presidente)	PPE	F
LUXEMBURGO	Nicolas SCHMIT	PSE	M
ESTÓNIA	<i>Kadri SIMSON</i>	Liberais	F
HUNGRIA	László TRÓCSÁNYI	PPE	M
ESLOVÉNIA	Janez LENARČIČ	Liberais	M
FINLÂNDIA	Jutta URPIILAINEN	PSE	F
MALTA	Helena Dalli	PSE	F
TOTAIS (16)	<i>10 homens, 6 mulheres</i>		

4.º – RELATÓRIO ANUAL DAS RELAÇÕES DA COMISSÃO EUROPEIA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS

A Comissão Europeia apresentou, recentemente, o seu [relatório de 2018 sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade e as relações com os Parlamentos nacionais](#) e respetivos [anexos](#).

No que diz respeito à participação dos Parlamentos nacionais no processo de diálogo político com a Comissão, nota o relatório que “*Ainda mais do que nos anos anteriores, o número de pareceres enviados à Comissão divergiu substancialmente entre os parlamentos nacionais. As 10 câmaras mais*

ativas emitiram 472 pareceres, ou seja, 83 % do número total (2017: 74 %; 2016: 73 %; 2015: 72 %), ao passo que 10 câmaras (quatro em 2017) não emitiram qualquer parecer.”

Por outro lado, é enfatizado que “A câmara que apresentou o maior número de pareceres em 2018 foi a **Assembleia da República portuguesa**. Os seus 99 pareceres representaram mais de 17 % do número total recebido. Os outros Parlamentos nacionais ou câmaras que enviaram o maior número de pareceres em 2017 foram o Senát checo (81 pareceres), as Cortes Generales espanholas (53 pareceres), o Bundesrat alemão (52 pareceres), a Camera Deputaților romena (48 pareceres), o Senat romeno (45 pareceres), a Poslanecká sněmovna checa (37 pareceres), o Sénat francês (24 pareceres), o Senato della Repubblica italiano (18 pareceres) e o Riksdag sueco (15 pareceres).”

A título de curiosidade, este facto mereceu mesmo um destaque na intranet da Comissão Europeia, cujo excerto apresentamos em anexo a esta síntese.

No que diz respeito à subsidiariedade, em 2018, a Comissão recebeu 37 **pareceres fundamentados** dos Parlamentos nacionais, “número significativamente inferior ao de 2016 (65) e ao de 2017 (52). O número total de pareceres recebidos em 2018 foi quase o mesmo que nos anos anteriores (576 em 2017; 569 em 2018), o que significa que a percentagem de pareceres fundamentados, em comparação com o número total de pareceres recebidos, continuou a diminuir, passando de 10,5 % em 2016 e 9 % em 2017 para 6,5 % em 2018.”

A Comissão apresenta uma perspetiva analítica do mecanismo da subsidiariedade que parece apontar no sentido de que os Parlamentos encontram cada vez menos fundamento para questionar as propostas com base neste princípio. assim, assinalada a Comissão que “Os 37 pareceres fundamentados recebidos em 2018 diziam respeito a 22 propostas ou pacotes distintos (ver [anexo 1](#)). Nenhum deles recebeu mais do que quatro pareceres fundamentados (com cinco a sete votos). Tal contrasta com a situação em 2016, quando a proposta de rever a Diretiva Destacamento de Trabalhadores recebeu 14 pareceres fundamentados e acionou o procedimento do «cartão amarelo», e em 2017, quando a proposta relativa ao mercado interno da eletricidade gerou 11 pareceres fundamentados sem acionar este procedimento.” (sublinhados nossos)

As propostas que suscitaram a maioria dos pareceres fundamentados foram a proposta sobre a revisão da Diretiva Água Potável, a proposta sobre a tributação das atividades digitais na UE e a

proposta sobre as medidas para facilitar a realização da rede transeuropeia de transportes (4 pareceres cada uma).

Em 2018, só 14 das 41 câmaras parlamentares emitiram pareceres fundamentados (em comparação com 26 em 2016 e 19 em 2017). A câmara que emitiu, de longe, o maior número de pareceres fundamentados foi o *Riksdag* sueco, que gerou, isoladamente, 12 pareceres fundamentados, mais de um terço do número total. Outras câmaras que emitiram pareceres fundamentados em 2018, por ordem alfabética de Estados-Membros, foram: a *Poslanecká sněmovna* checa (4), o *Senát* checo (1), o *Folketing* dinamarquês (2), a *Dáil e Seanad Éireann* irlandesas (4)⁴⁷, o *Bundestag* alemão (2), o *Sénat* francês (2), a *Assemblée nationale* francesa (1), o *Senato della Repubblica* italiano (1), a *Kamra tad-Deputati* maltesa (1), a *Tweede Kamer* neerlandesa (1), o *Bundesrat* austríaco (3), bem como a *House of Commons* (2) e a *House of Lords* do Reino Unido (1).

No que diz respeito à esfera de interesses dos Parlamentos, assinala-se que, em 2018, ainda mais do que em anos anteriores, os pareceres dos Parlamentos nacionais dividiram-se num amplo leque de temas. Nenhuma outra iniciativa da Comissão atraiu uma atenção tão generalizada por parte dos Parlamentos nacionais como o pacote «Energia Limpa» em 2017 (62 pareceres). Os seis pacotes que se seguiram, que atraíram entre 11 e 15 pareceres cada, foram os que mereceram maior atenção por parte dos parlamentos nacionais.

- 1. Concluir a União Económica e Monetária Europeia — 15 pareceres**
- 2. Desenvolvimento regional e política de coesão após 2020 – 13 pareceres**
- 3. Novo Acordo para os Consumidores – 11 pareceres**
- 4. Política agrícola comum após 2020 – 11 pareceres**
- 5. Autoridade Europeia do Trabalho e acesso à proteção social – 11 pareceres**
- 6. Futuro da Aprendizagem – 11 pareceres**

❖ Avaliações de impacto

Porém, e contrastando com a leitura mais favorável que a Comissão Europeia parece fazer da sua abordagem em matéria de subsidiariedade, há um outro ângulo de análise que importa considerar. Com efeito, e como se pode ler nas páginas 5 e ss, em 2018, o Comité de Controlo da

Regulamentação¹ («Comité») examinou 75 avaliações de impacto e emitiu um parecer sobre cada um dos casos. Em 16 casos, considerou que a análise da subsidiariedade e do valor acrescentado europeu precisava de ser melhorada. Emitiu ainda 47 pareceres em que formulou observações a fim de melhorar a análise dos aspetos da proporcionalidade e a comparação das opções estratégicas. O relatório apresenta uma análise mais detalhada de cada um dos casos, matéria que importa aprofundar em cada um dos Parlamentos nacionais, não sendo a AR exceção nesta reflexão.

REUNIÕES DO CONSELHO

Não estão previstas reuniões do Conselho nem do Conselho Europeu até ao final de agosto. Haverá uma [cimeira do G7 em Biarritz \(França\) de 24 a 26 de agosto](#), Haverá [uma reunião informal dos ministros da Defesa em 28 e 29 de agosto](#) e uma [reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros \(reunião Gymnich\) em 29 e 30 de agosto](#), ambas em Helsínquia.

Bruxelas | 26 de julho de 2019

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Nota: durante o período de interrupção da atividade das instituições europeias, esta síntese semanal apenas será produzida de algum evento digno de registo se verificar. Retomaremos a periodicidade no final de agosto.

¹ O Comité de Controlo da Regulamentação é composto por um presidente (nível de diretor-geral) e seis membros a tempo inteiro, três dos quais recrutados fora da Comissão. Todos os membros do comité são independentes e exercem funções a título pessoal e com base na sua experiência pessoal. O Comité avalia a qualidade das avaliações de impacto, dos balanços de qualidade e das avaliações mais importantes. A subsidiariedade e a proporcionalidade fazem parte deste controlo de qualidade. https://ec.europa.eu/info/law/law-making-process/regulatory-scrutiny-board_pt